

Um intelectual raro que coloriu a Justiça

Laborinho Lúcio (1941-2025) Antigo magistrado morreu ontem em Coimbra aos 83 anos. Visto por muitos como um visionário, ninguém tem dúvidas de que a sua reflexão e a sua intervenção cívica e artística farão falta

Obituário

Mariana Oliveira

Destoava da imagem cinzenta que se cola amiúde aos homens da Justiça. Era um magistrado fora da caixa que chegou a ser actor de teatro, a cantar fado e a distinguir-se como dançarino de folclore. Muitos, como o Presidente da República, dizem que era um homem à frente do seu tempo, que com o seu humanismo e pragmatismo ajudou a colorir a Justiça. Álvaro José Brilhante Laborinho Lúcio, visto como um dos maiores da Justiça, morreu ontem em Coimbra aos 83 anos, vítima de doença cancerígena.

Para o antigo juiz do Supremo Tribunal de Justiça, José Santos Cabral, o brilhante não é só um apelido, mas também um adjectivo que nele encaixa. “Era um homem intelectualmente superior. Polivalente. Um lutador por causas nobres. Um homem bom”, sublinha o magistrado, que chegou a ser seu subordinado no Ministério Público junto do Tribunal da Relação de Coimbra.

Manuel Costa Andrade, ex-presidente do Tribunal Constitucional e professor universitário, concorda. “Tudo que fazia era com um grau de excelência”, resume, sublinhando a personalidade plurifacetada deste “grande intelectual”, que tanto se destacava numa sala de julgamentos como a cantar fado. Destacou-se também na escrita, como autor de uma vasta obra tanto na área do Direito como na ficção. “Ao pé dele não havia lugar para tristeza”, testemunha.

Nascido a 1 de Dezembro de 1941 na Nazaré, cresceu num universo de contrastes, com um tio diplomata do lado da mãe e uma família ligada ao mundo da pesca do lado do pai. Era filho único, neto único e sobrinho único. Isso mesmo contou numa entrevista em 2019 ao *Diário de Notícias*. “Eu tinha dificuldades económicas de um lado, projecção pública do

outro, e a história de uma família de gente séria e honesta que vivia numa vila piscatória. Por isso, sempre me senti muito produto disso”, resumia então.

Essa dicotomia, como a da Nazaré dos pés calçados e dos pés descalços, havia de lhe moldar a sensibilidade. Por isso, ainda agora rejeitava que amigos de infância, pescadores, o tratassem por “dr”.

“Fiz toda a instrução primária na Nazaré onde havia duas escolas, uma em baixo e outra em cima. Na escola de cima andavam os filhos dos pés calçados. Mas os meus pais quiseram, e bem, que eu estivesse na escola dos pescadores, dos pés descalços. Eu fiquei sempre na escola deles e muitos dos meus amigos de infância fizeram a vida de pescador. Eu tinha muito a noção do que era a miséria grande que havia na Nazaré, o que isso significava relativamente ao mar, o que isso significava relativamente à pesca, o que significava relativamente ao perigo brutal dos naufrágios que aconteciam”, contou em Julho de 2018, numa entrevista ao PÚBLICO.

São muitos os episódios que mostram o seu pragmatismo e a sua simplicidade. André Lamas Leite, professor na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, recordou um deles num texto de opinião escrito há uns anos. Laborinho Lúcio era ministro da Justiça, um cargo que abraçou em 1990 era primeiro-ministro Cavaco Silva. A determinada altura foi-lhe comunicado que havia um problema grave num estabelecimento prisional: os reclusos recusavam-se a partilhar o espaço com um outro, portador de VIH.

Nessa altura, prosperavam os medos sobre a transmissão de um vírus que dava origem à sida que então representava uma sentença de morte. O ministro deu indicações ao director da cadeia para reunir os reclusos no pátio e avisou-o de que lá se deslocaria.

“Com os homens alinhados, Laborinho disse-lhes que sabia o que se passava e que não deviam temer, explicando-lhes as formas

de contágio. E acrescentou que, como prova do que referia, iria dar um abraço ao doente, fazendo depois os demais reclusos o que entendessem”, contou Lamas Leite. O gesto desarmou a contestação e, um a um, os reclusos acabaram a abraçar o colega. O braço de ferro terminava em paz.

Mas nessa altura já há muito que a Matemática o tinha feito desistir da diplomacia e enveredar pelo Direito. Ainda se tentou pelo teatro, mas acabou por abandonar a ideia. “Havia um grupo de teatro em Coimbra – o CITAC – que já fazia muito teatro moderno e isso foi um grande deslumbramento para mim. Aliás, o meu desejo tinha sido ter ido para o teatro, mas acabei por ir para a justiça porque, apesar de tudo, era mais seguro e a família também ficava mais tranquila”, admitiu na entrevista ao DN.

“Trouxe uma visão humanista e inovação”

De Coimbra, onde fez o curso, partiu aos 25 anos para Seia, onde foi delegado do procurador-geral da República. Depois seguiu para o Fundão e dali para Santarém. Já como juiz, passou por Oliveira do Hospital, Tábua e Arganil, tendo sido entretanto convidado para transitar para o Ministério Público. Nessa altura, já tinha casado com a primeira mulher, mãe dos seus dois filhos biológicos, um hoje na casa dos 50 anos e outro perto de passar esse marco.

É em 1981 que assume a função, onde deixará a sua principal marca, acredita a coordenadora do Observatório Permanente da Justiça, Conceição Gomes. Trata-se da direcção da escola de formação dos magistrados, o Centro de Estudos Judiciários (CEJ), um cargo que desempenhou durante nove anos e que o obrigou a mudar-se para Lisboa.

“Era um visionário quanto à formação de magistrados. Trouxe uma visão humanista e inovação ao campo do recrutamento e



Laborinho Lúcio foi ministro da Justiça de Cavaco Silva (na foto com Júlio Castro Caldas no congresso sobre o estado da Justiça em 1995) e membro da comissão que estudou os abusos sexuais na Igreja

formação de procuradores e juizes”, destaca Conceição Gomes, que sublinha a importância de Laborinho Lúcio como um pensador do sistema de justiça. “Tinha uma reflexão consolidada sobre o sistema de onde provinha.



DANIEL ROCHA



RUI GAUDÊNCIO

Era aberto a outros conhecimentos e trazia-os para dentro do sistema”, nota a coordenadora do observatório, que está integrado na Universidade de Coimbra. “Nunca foi uma pessoa cinzenta. Sempre foi uma pessoa colorida”, remata.

Para Eleonora Viegas, vice-presidente do Tribunal da Relação de Lisboa, Laborinho Lúcio é uma referência. Como, acredita, para todos os que passaram pelo CEJ. A juíza que é conhecida na magistratura pela sua ligação às artes, convidou o antigo ministro para presidir ao júri de um concurso literário e o projecto veio a redundar num livro, o Tribunal de Contos, apresentado com um prefácio seu.

“Não era um magistrado só focado nos processos. Tinha vários interesses como o teatro e a literatura. Era um homem de uma generosidade imensa”, afirma Eleonora Viegas. “Incentivava os auditores [magistrados em

formação] a fazerem peças de teatro, a irem ao teatro, a verem exposições. A estarem atentos aos outros, atentos ao mundo”, descreve a juíza.

Uma das histórias fantásticas que se recorda de o ouvir contar é como quando foi nomeado para o CEJ passou um Verão inteiro acompanhado das fotografias dos auditores, para que, quando comessem as aulas, os conseguisse conhecer pelos nomes.

O próprio explicava a sua visão do que deve ser um juiz e de como a escola dos magistrados deve contribuir para isso na entrevista que deu ao PÚBLICO em 2018. “Na minha perspectiva, como director do CEJ, havia a necessidade de introduzir uma radical mudança naquilo que era a concepção da administração da justiça. Eu entendia que um bom juiz tem que ser um juiz culto, com conhecimento social do mundo e da vida. Tem que ser capaz de ter



Ecuménico na sua personalidade e na sua projecção na sociedade portuguesa, influenciou sucessivas gerações de juristas, sempre com trato afável e enleante

Marcelo Rebelo de Sousa
Presidente da República

uma especial apreensão da realidade de facto para a fazer cruzar com a lei e não interpretar a lei apenas a partir do Direito, mas a partir do estímulo da complexidade social que estava a nascer [na altura em que o CEJ foi criado em 1980]”, defendeu.

A seguir ao CEJ, foi ministro da Justiça, tendo ainda sido deputado e vestido o fato de director da Escola da Polícia Judiciária. Apesar de ter feito grande parte da carreira como procurador, jubila-se como juiz do Supremo Tribunal de Justiça.

Nessa altura, já se divorciara e voltara a casar, tendo adoptado duas irmãs cabo-verdeanas, uma com um ano e outra com três. A par da vida profissional teve uma vida cívica intensa. Em 1990, foi um dos 27 associados fundadores da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), uma organização cujo crescimento acompanhou de perto, “contribuindo com visão estratégica, sensibilidade e dedicação inabalável”, destaca a própria associação. “Mais do que um jurista e magistrado exemplar, Álvaro Laborinho Lúcio foi um grande humanista. Um pensador da justiça e um cidadão de excepção, cuja voz sempre defendeu uma justiça mais próxima das pessoas e atenta aos mais vulneráveis”, destaca a APAV.

Ontem, as reacções de pesar vieram de múltiplas entidades dentro e fora da Justiça e de vários quadrantes políticos. Marcelo Rebelo de Sousa diz que Laborinho Lúcio “esteve sempre à frente do seu tempo”, aliando “as suas ímpares qualidades profissionais a uma cultura humanística, a uma ética cívica e a um elevado sentido de serviço ao país”. Também Cavaco Silva destacou a grande verticalidade moral, a extrema competência e o extraordinário sentido de humor do magistrado. Marcelo Rebelo de Sousa recorda-o ainda como um jurista “sempre na defesa dos direitos humanos, sempre na procura permanente da defesa intransigente dos direitos das

crianças em todas as suas dimensões”.

Não surpreendeu, por isso, que mais recentemente tenha sido chamado a integrar a Comissão Independente para o Estudo dos Abusos Sexuais de Crianças na Igreja Católica Portuguesa. “O doutor Laborinho Lúcio foi uma figura central e formidável no estudo sobre os abusos no seio da Igreja, na ponderação, no traçar de rotas seguras, e ao mesmo tempo com uma ponderação, com a sua formação jurídica... prestou um serviço enorme, não só à Igreja e às vítimas, mas sobretudo à Igreja e ao país”, disse esta quinta-feira à radio Renascença o presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, D. José Ornelas.

O médico e pedopsiquiatra Pedro Strecht recordou-o ao PÚBLICO como “um homem raro”. “Culto, inteligente, cheio de bom senso e sabedoria, dotado de um sentido de humor desarmante”. E não tem dúvidas de que será “um homem que fará falta no Portugal democrático pelo qual tanto lutou e serviu, ainda mais no que diz respeito a uma cultura da ‘criança de direitos’”. Quanto ao trabalho que realizou na comissão independente, acredita que nunca teria sido tão pleno se não tivesse contado com a sua presença. “Devemos-lhe muito”, remata.

Laborinho também foi ministro da República para os Açores, de 2003 a 2006, durante a presidência de Jorge Sampaio, o que explica porque vieram do arquipélago várias reacções de pesar, como a que coube ao presidente do PS, Carlos César, que era presidente do governo regional quando Laborinho Lúcio esteve nos Açores, e ao actual líder do governo regional, o social-democrata José Manuel Bolieiro. E nos vários quadrante há uma frase consensual: “Vai fazer falta”. O velório realiza-se a partir das 12h, na Igreja Nossa Senhora de Lurdes, onde será celebrada amanhã pelas 10h30 uma missa, seguindo o corpo para a Nazaré.